



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer a convocação do Ministro de Estado do Turismo, Senhor Pedro Novais Lima, para prestar esclarecimentos sobre denúncia de desvio de recursos públicos destinados ao Ministério do Turismo por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União, objeto da operação da Polícia Federal denominada "Voucher".

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, caput, e 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal e na forma dos arts. 24, IV, e 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a **convocação** do Ministro de Estado do Turismo, Senhor Pedro Novais, para prestar esclarecimentos sobre denúncia de desvio de recursos públicos destinados ao Ministério do Turismo por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União, objeto da operação da Polícia Federal denominada "Voucher".

JUSTIFICATIVA

Na manhã de 9 de agosto, a Polícia Federal deflagrou no Ministério do Turismo a operação denominada "Voucher" destinada a investigar desvios de recursos públicos destinados ao Ministério do Turismo por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União.



Câmara dos Deputados

De acordo com a PF, a operação contou com 200 agentes que cumpriram 19 mandados de prisão preventiva, sete de busca e apreensão e outros 19 de prisão temporária, em Brasília, São Paulo e Macapá.

Em nota, a PF informa que foram detectados indícios de desvios de dinheiro público em um convênio que previa a qualificação de profissionais de turismo no Amapá.

O convênio foi assinado entre o ministério e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável - Ibrasi em 2009, e segundo a PF, não houve chamamento público para que outras entidades se candidatassem a oferecer o serviço. Ainda de acordo com a PF, o instituto – uma organização sem fins lucrativos – não tem condições técnicas de prestar os serviços de qualificação.

A PF afirma que houve, ainda, direcionamento de contratações a empresas que fariam parte do suposto esquema de desvio. Além disso, verificou-se a ausência de preços de referência, não-execução ou execução parcial de serviços, pagamentos antecipados, fraudes nos comprovantes de despesas e falhas na fiscalização do convênio.

Diante do exposto e no cumprimento das prerrogativas constitucionais desta Casa e desta Comissão, requeiro seja convocado o Ministro de Estado do Turismo para prestar os esclarecimentos necessários.

Sala das Comissões, em de agosto de 2011.

Deputado Rubens Bueno

PPS/PR